

| MERCADO DE TRABALHO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO |

MULHERES NO AGRONEGÓCIO

EDIÇÃO ESPECIAL | VOLUME 3



EXPEDIENTE

Coordenação geral | Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros e Alexandre Nunes de Almeida

Coordenação do estudo | Nicole Rennó Castro e Leandro Gilio

Equipe | Marcello Luiz de Souza Junior e Ana Carolina de Paula Morais

Jornalista responsável | Alessandra da Paz (Mtb: 49.148)

Revisão | Bruna Sampaio (Mtb: 79.466), Flávia Gutierrez (Mtb: 53.681) e Nádia Zanirato (Mtb: 81.086)

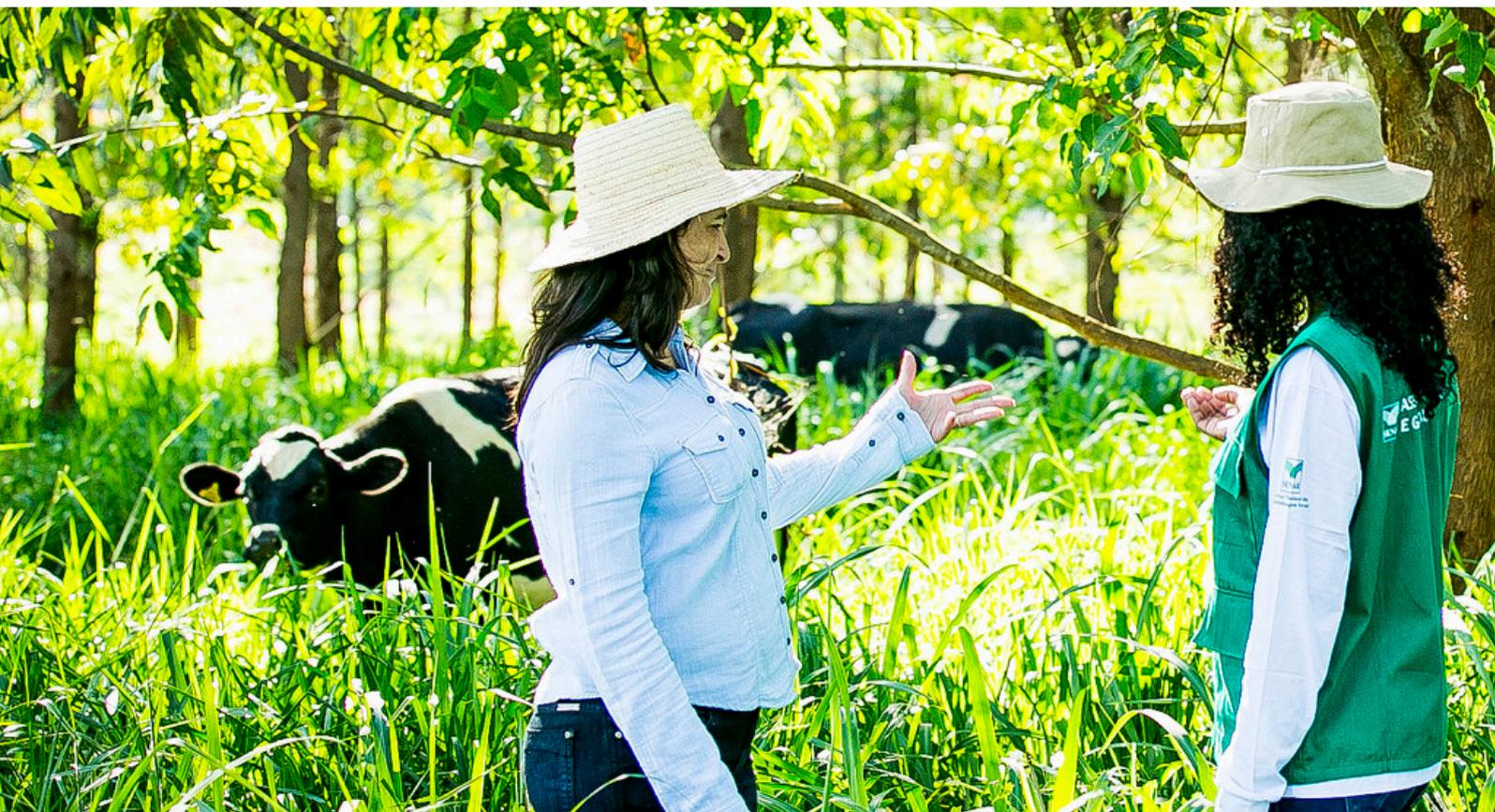
Diagramação | Bruna Sampaio (Mtb: 79.466)

Fotos | CNA/Senar



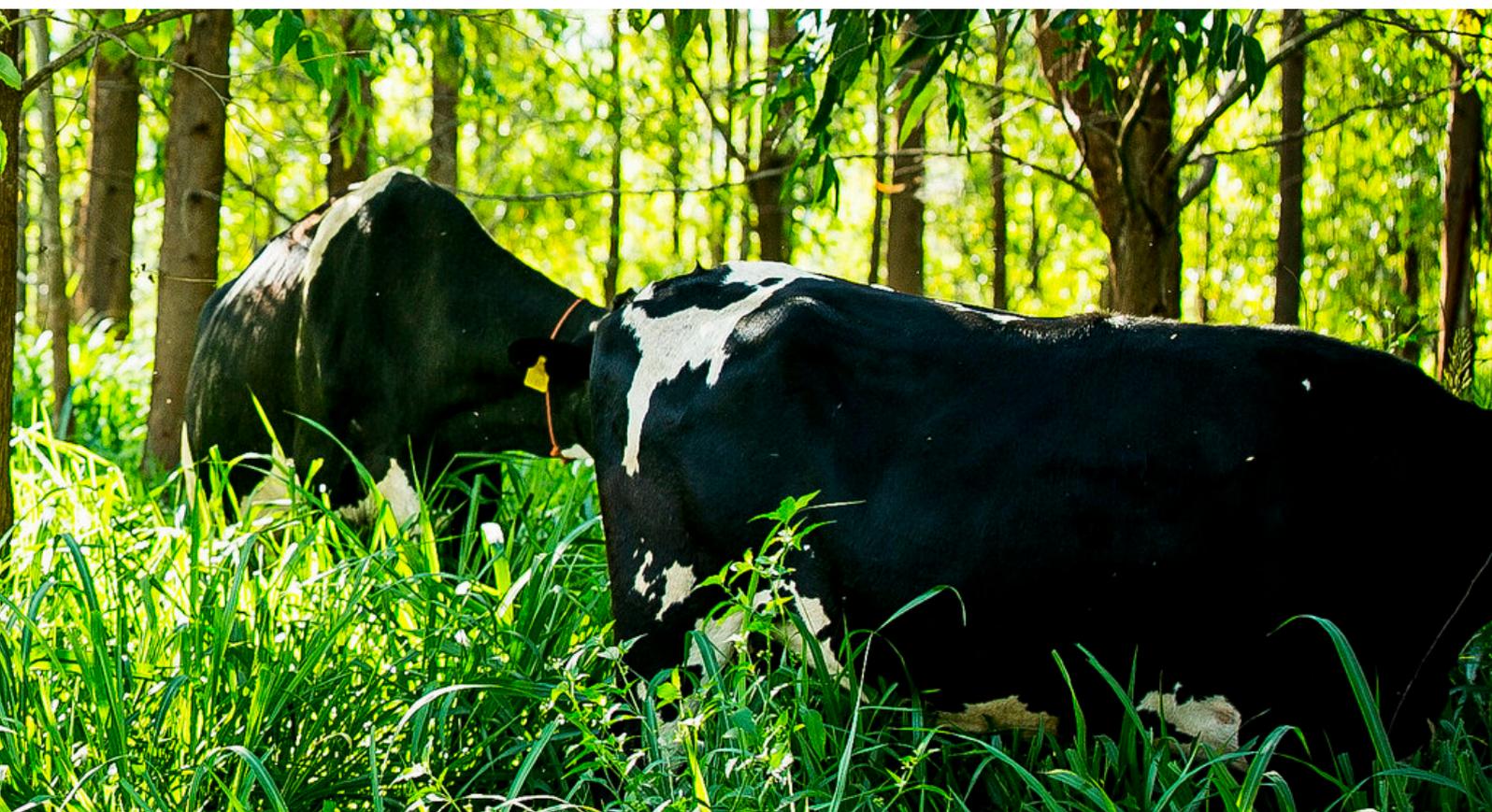
Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA).
Mulheres no Agronegócio. Piracicaba, v. 3, Março, 2019.

Avenida Pádua Dias, 11, São Dimas, Piracicaba-SP
(19) 3429-8800 | cepea@usp.br | www.cepea.esalq.usp.br



SUMÁRIO

Introdução	4
Dinâmica recente dos rendimentos médios no agronegócio – análise descritiva	5
Diferenciais de rendimentos para as mulheres do agronegócio	7
Diferenciais de rendimento: mulheres ocupadas no agronegócio ao longo do tempo	9
Diferenciais de rendimento: mulheres versus homens ocupados no agronegócio	12
Diferenciais de rendimento: mulheres ocupadas no agronegócio ver- sus mulheres ocupadas em outros setores	14
Notas metodológicas	16



INTRODUÇÃO

Nos volumes 1 e 2 do estudo Mulheres no Agronegócio (Edição Especial), o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) reuniu dados recentes e evidências empíricas que permitiram identificar a evolução do número de trabalhadoras neste setor, bem como fazer um retrato do perfil da força de trabalho feminina.

Os resultados demonstraram uma evolução positiva da participação da mulher na população ocupada no agronegócio (frente ao total de ocupados no setor), fato que esteve atrelado, principalmente, ao crescimento dos empregos de maior qualificação e para mulheres acima de 30 anos – indicando a ampliação de oportunidades e surgimento de melhores postos para trabalhadoras do Agro. Por outro lado, verificou-se que os grupos que foram mais desfavorecidos no crescimento da ocupação feminina no setor foram aqueles formados por mulheres com baixa instrução e onde a informalidade é mais presente.

As mudanças recentes do mercado de trabalho do agronegócio, com destaque para as transformações no papel da mulher no setor, possivelmente têm se refletido na produtividade do

trabalho e nos salários ou rendimentos médios.

Posto isso, neste terceiro e último volume, a análise voltou-se aos rendimentos no agronegócio, buscando apresentar a comparação, ao longo do período estudado (2004 a 2015), das diferenças salariais entre homens e mulheres que atuam no agronegócio, entre mulheres ocupadas nesse setor *versus* empregadas em outros segmentos da economia e, por fim, entre as próprias mulheres atuando no setor desde 2004.

Assim como nos volumes anteriores, este estudo assume como pessoa ocupada aquela que (i) está empregada com ou sem carteira assinada, ou (ii) atua por conta própria ou (iii) é empregadora de mão de obra formal ou informal. Para obtenção das informações, são utilizados os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelo Cepea para filtragem dos ocupados no agronegócio e os microdados anuais da PNAD. De forma complementar, utilizam-se também os dados da RAIS, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Ao final deste documento, encontra-se detalhes dos procedimentos adotados.



DINÂMICA RECENTE DOS RENDIMENTOS MÉDIOS NO AGRONEGÓCIO – ANÁLISE DESCRITIVA

Conforme verificado nos volumes 1 e 2 do estudo sobre mulheres no agronegócio, o mercado de trabalho feminino do setor passou por mudanças importantes nos últimos anos, com destaque para o aumento do nível de escolaridade médio das trabalhadoras e, portanto, na sua produtividade potencial.

Diante deste cenário, uma elevação do rendimento médio recebido pelas mulheres ocupadas no setor era esperada. De fato, como se observa na Figura 1, os valores médios auferidos pelas mulheres ocupadas no agronegócio apresentaram crescimento real de R\$224,45 ao longo do período, que por sua vez represen-

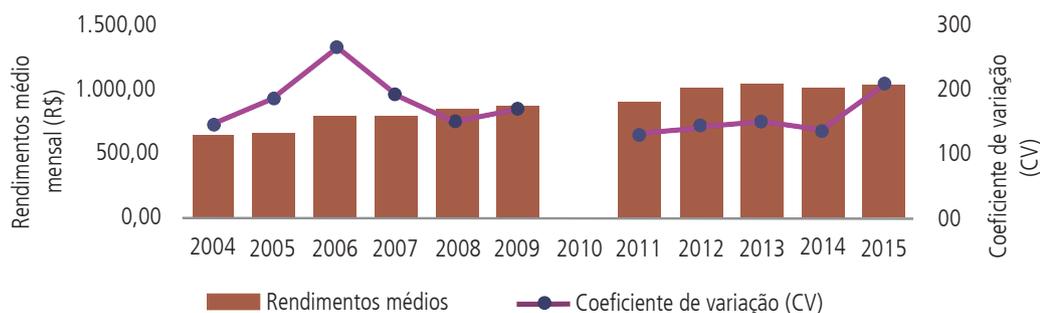


Figura 1 – Evoluções anuais dos rendimentos médios das mulheres ocupadas no agronegócio (a preços de 2015) e do coeficiente de variação dos rendimentos, 2004 a 2015

Fonte: Cepea-Esalaq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

*obs: não existem dados da Pnad disponíveis para 2010 em função do Censo Demográfico.

tou um aumento de 57% entre 2004 e 2015.

Ainda que a elevação dos rendimentos médios seja um reflexo importante e positivo das mudanças no mercado de trabalho do setor, também é importante avaliar o grau de concentração desse crescimento, ou, em outras palavras, se ele gerou um aumento ou uma redução nas disparidades salariais existentes entre as trabalhadoras do setor. Mesmo que de forma preliminar, os dados da Figura 1 trazem indícios de que, dentro do agronegócio, os rendimentos obtidos entre as mulheres vinham se tornando menos desiguais ao longo do período, conforme se denota pela evolução do coeficiente de variação desses dados. Contudo, verificou-se um aumento na dispersão salarial em 2015.

Embora os rendimentos médios das mulheres empregadas no agro tenham aumentado no período, nota-se que permaneceram abaixo do nível de remuneração recebida por homens que atuam no setor em todo o período analisado – como se observa na Figura 2. Além disso, não houve uma tendência clara de aproximação ou distanciamento entre os salários médios auferidos por homens e mulheres ocupados no agronegócio. Entre 2004 e 2015, de acordo com dados da Figura 2, o rendimento médio feminino foi entre 21% e 30% inferior ao dos homens.

Os dados apresentados na Figura 3, por sua vez, comparam os rendimentos médios entre mulheres atuando no agronegócio e em outros setores. Ao longo do período, os



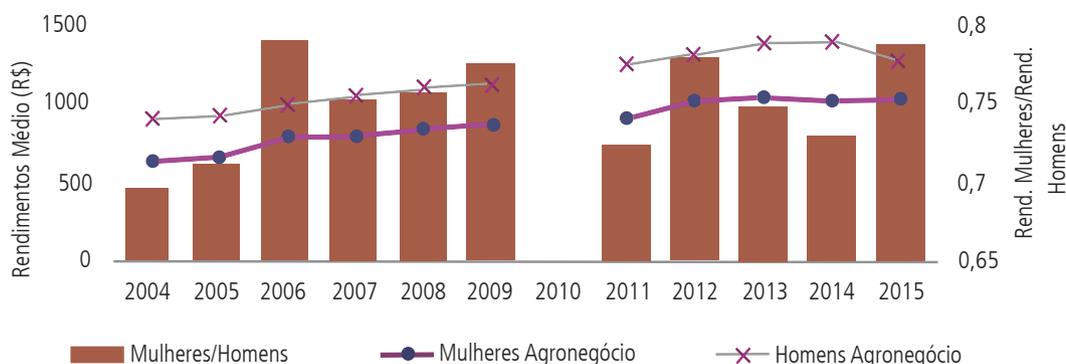


Figura 2 – Evoluções anuais dos rendimentos médios das mulheres e dos homens ocupados no agronegócio (a preços de 2015) e relação entre as variáveis (mulheres/homens), 2004 a 2015

Fonte: Cepea-Esalaq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

*obs: não existem dados da Pnad disponíveis para 2010 em função do Censo Demográfico.

valores médios recebidos por ocupadas no agronegócio também se mantiveram relativamente mais baixos. Tal como na comparação anterior entre homens e mulheres, não se verificou uma tendência clara de aproximação ou distanciamento entre os rendimentos médios dos dois grupos de trabalhadoras, sendo que

a remuneração média praticada para mulheres que atuam em atividades relacionadas ao agronegócio foi de 25% a 35% inferior àquela registrada para trabalhadoras de outros setores.

Essas análises preliminares trazem indícios de uma evolução positiva e não muito concentrada nos rendimentos das mulheres

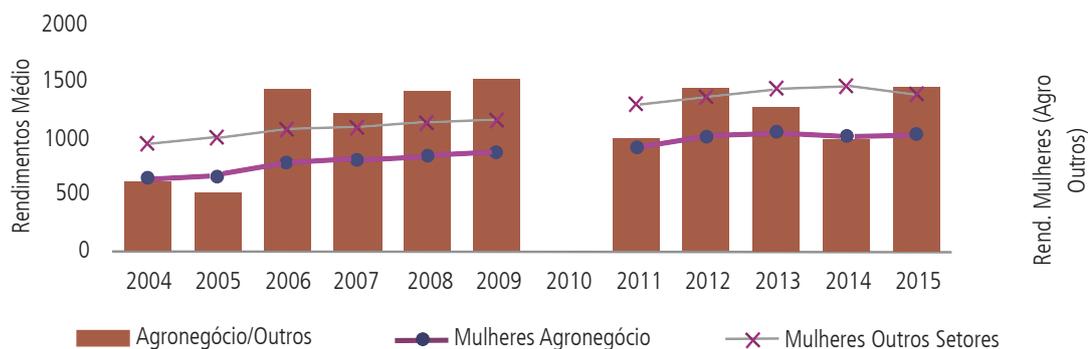


Figura 3 – Evoluções anuais dos rendimentos médios das mulheres ocupadas no agronegócio e ocupadas nos demais setores da economia (a preços de 2015) e relação entre as variáveis (mulheres agro/mulheres outros), 2004 a 2015

Fonte: Cepea-Esalaq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

*obs: não existem dados da Pnad disponíveis para 2010 em função do Censo Demográfico.

do agronegócio, mas que não foi suficiente para tornar esses rendimentos mais próximos dos obtidos por homens do agronegócio ou mulheres atuando nos demais segmentos da

economia. Mas, para uma maior compreensão acerca dos determinantes desses resultados, uma análise econométrica se faz necessária – o que é apresentado na próxima seção.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS PARA AS MULHERES DO AGRONEGÓCIO

Nesta seção, os diferenciais salariais verificados entre grupos serão abordados a partir da estimação de equações de rendimentos e uso do procedimento de decomposição de Oaxaca-Blinder.

Este método científico, amplamente adotado em pesquisas referentes à Economia do Trabalho desde a década de 70, busca, de forma simples, analisar estatisticamente a diferença de rendimentos registrada entre dois grupos e atribuí-la aos efeitos comumente conhecidos como “explicado” e “não explicado”¹.

O “efeito explicado” representa a parcela do diferencial salarial que pode ser entendida como resultado direto das diversas características médias de cada grupo, como os atributos individuais socioeconômicos (anos de estudo, idade, experiência, raça, entre outros), dos respectivos domicílios (região geográfica, urbano ou rural, entre outros) e do trabalho (posição na ocupação, setor de atividade, tempo de emprego, entre outros).

A título de ilustração, pode-se afirmar que este efeito captará divergências salariais advindas do fato de que um grupo apresenta maior escolaridade média que o outro, por exemplo.

Já o efeito “não explicado” reflete a

parcela do diferencial que não pode ser atribuída às diferenças nas características observáveis, sendo, por vezes, interpretado como a precificação das características no mercado de trabalho ou ainda evidências de discriminação. Vale destacar que este efeito engloba também influências exercidas por atributos não observáveis².

Especificamente, este efeito “não explicado” pode surgir em situações em que as condições mercadológicas precificam um mesmo atributo de maneira diferente entre dois grupos. Como exemplo, os empregadores poderiam estar dispostos a pagar uma determinada quantia para um ano adicional de escolaridade de um indivíduo do Grupo A, porém pagam menos por essa instrução extra caso a pessoa pertença ao Grupo B.

Desse modo, a seção aborda três comparações distintas e complementares:

- i) Diferenciais de rendimentos entre mulheres ocupadas no agronegócio nos anos de 2004 e 2005 e trabalhadoras do setor no biênio 2014-2015;
- ii) Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres trabalhando no agro-

¹ A metodologia adotada também considera o efeito seleção como estratégia para correção do viés de seleção, objetivando melhorar a robustez dos resultados, contudo, em decorrência do escopo deste estudo, tal efeito não será exposto aqui, mas está disponível para consulta mediante solicitação aos autores.

² Atributos não observáveis consistem em todas as especificidades individuais, locais e de trabalho que não foram passíveis de serem incluídas na análise, seja por limitação da base de dados ou impossibilidade de observar e registrar tais características.

negócio nos biênios 2004-2005 e 2014-2015, com o intuito de captar sua evolução;

iii) Diferenciais de rendimentos entre ocupadas no agronegócio e nos demais setores da economia nos biênios 2004-2005 e 2014-2015, para identificar a tendência.

A Tabela 1 traz um resumo de todas as variáveis³ utilizadas nas análises subsequentes, como mecanismos de controle, com o obje-

tivo de identificar a diferença de rendimentos que faça referência à escolaridade, à etnia, à região de domicílio, à posição e à hierarquia na ocupação e setor de atividade econômica.

Dado o grande número de informações presentes na base de dados utilizada neste estudo, os resultados obtidos apresentaram grande significância estatística, fato que resulta em maior confiabilidade nos resultados das análises estatísticas.

Atributos	Descrição	Controle
ATRIBUTOS INDIVIDUAIS	Escolaridade – Anos de Instrução escolar.	✓
	Etnia	✓
	Idade	✓
ATRIBUTOS LOCACIONAIS	Número de filhos	✓
	Região geográfica e condição de domicílio	✓
ATRIBUTOS DE EMPREGO	Posição na ocupação – empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria.	✓
	Classificação na ocupação – Hierarquia do cargo ocupado	✓
	Setor de atividade econômica (CNAE)	✓

Tabela 1 – Atributos de controle utilizados nas equações de rendimentos
 Fonte: Cepea-Esalaq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

³ Foram incluídas também variáveis binárias para controle dos anos, de acordo com as especificações de cada modelo.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO: MULHERES OCUPADAS NO AGRONEGÓCIO AO LONGO DO TEMPO

Iniciando a análise a partir das diferenças salariais existentes entre os biênios de 2004/05 e 2014/15 para mulheres atuando em atividades relacionadas ao agronegócio, nota-se, conforme explorado anteriormente na Figura 1, que houve significativa melhora dos rendimentos médios mensais no intervalo analisado, com ganho real de 57% na remuneração das trabalhadoras do setor, ou, em termos monetários, de R\$ 225,00 (a preços de 2015).

Desse total, cerca de 23,6% se deu em virtude do “efeito explicado⁴”, ou em outras palavras, devido ao fato de as características observáveis da mão de obra feminina em 2014-2015 terem sido mais favoráveis frente aos anos iniciais da análise. A Figura 4 apresenta as principais contribuições de atributos observáveis para a diferença nas remunerações recebidas entre 2014/15 e 2004/05 por mulheres ocupadas no agronegócio.

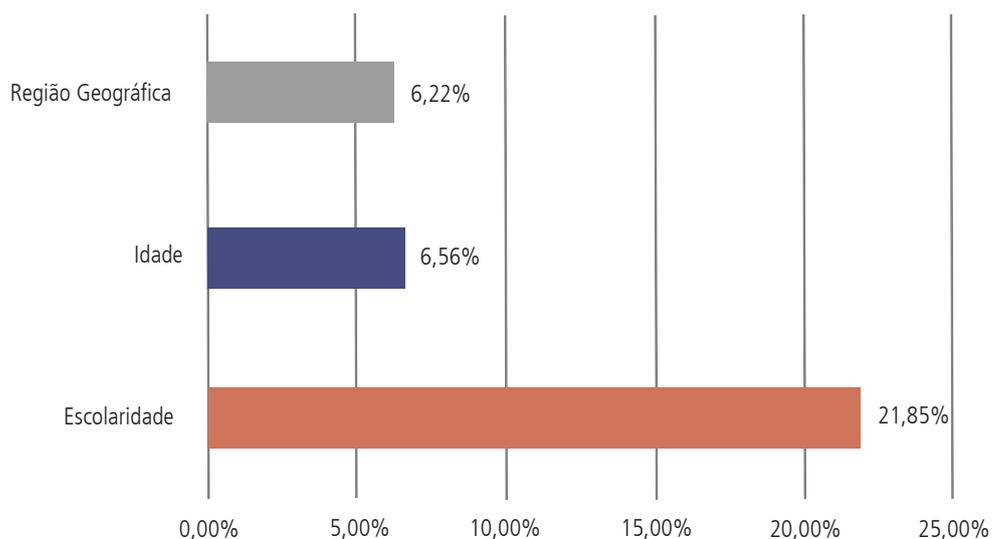


Figura 4 – Principais contribuições de atributos observáveis para a diferença nas remunerações recebidas entre 2014/15 e 2004/05 por mulheres ocupadas no agronegócio

Fonte: Cepea-Esalq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

Dentre as características apontadas, destaca-se a escolaridade como a mais importante. Notadamente, o aumento do nível de escolaridade das ocupadas no setor durante o período selecionado respondeu por cerca de 22% do aumento observado nos rendimentos médios das mulheres.

Além dos anos de estudo, também con-

tribuíram positivamente para o aumento dos rendimentos médios os efeitos idade e região. Quanto ao primeiro, o aumento da idade média – uma medida indicativa da experiência no trabalho - das trabalhadoras do setor – como já verificado nos volumes 1 e 2 do estudo divulgado pelo Cepea – levou a esse resultado. Especificamente, este fator foi responsável por

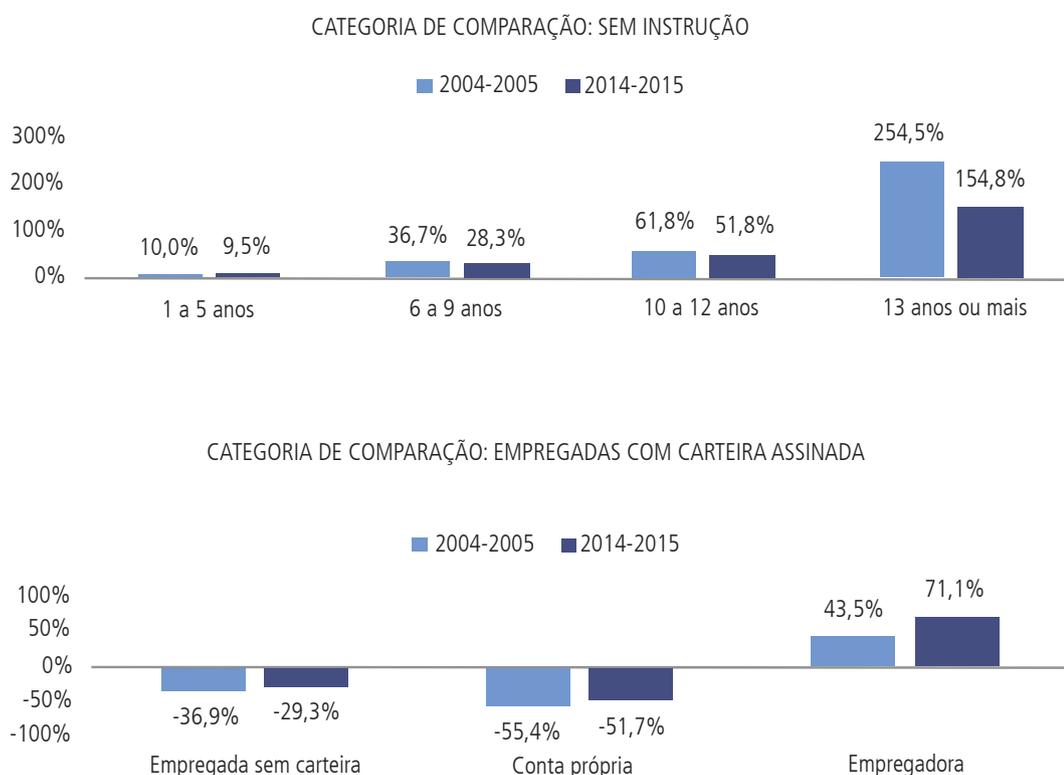
⁴ O efeito não explicado representou 12,2% da diferença registrada e o restante (64,3%) foi atribuído ao efeito de seleção.

6,56% da elevação nos salários médios recebidos por mulheres empregadas no agro.

No que diz respeito às regiões geográficas, a contribuição foi de 6,2%, fruto das alterações na distribuição geográfica das ocupadas no agronegócio, sobretudo a queda relativa no número de nordestinas empregadas no setor⁵ – onde tipicamente se encontram rendimentos mais baixos – e o crescimento relativo da participação das regiões Sul e Centro-Oeste.

Ao considerar ainda os resultados obtidos nas análises de rendimento para ambos os biênios analisados, é possível examinar com mais detalhes os determinantes das diferenças salariais para a mão de obra feminina dentro

do agronegócio. A Figura 5 apresenta os principais resultados das equações de rendimentos estimadas para os dois biênios, considerando apenas os coeficientes estatisticamente significativos e que tiveram as maiores magnitudes. Os dados da Figura 5 representam a diferença de rendimento entre cada categoria e a categoria-base para o atributo. Por exemplo, no caso dos níveis de escolaridade, apresenta-se, para cada condição, qual o ganho de rendimento frente ao grupo de mulheres sem nenhuma instrução. Para as posições na ocupação, a categoria de comparação é aquela de empregadas com carteira de trabalho assinada; para as regiões geográficas, a de comparação é a Sul.



⁵ A participação das mulheres ocupadas no agronegócio vivendo na região Nordeste em relação ao total de ocupadas no setor no País passou de 33,19% em 2004 para 28,4% em 2015

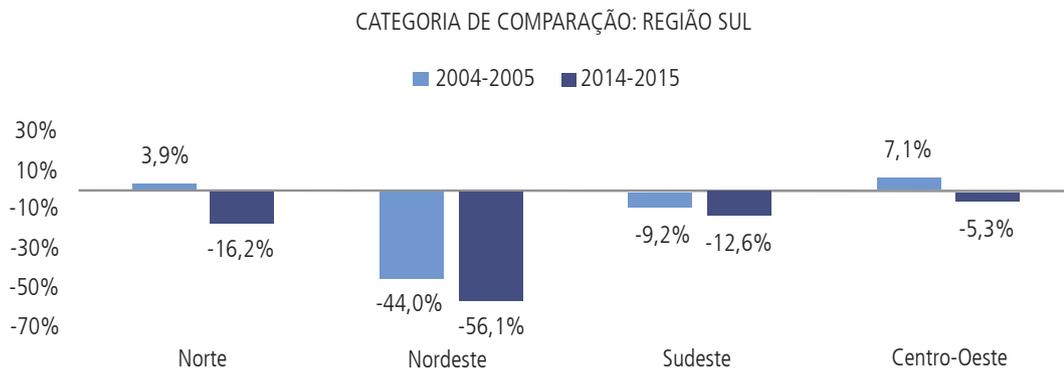


Figura 5 – Principais resultados da equação de rendimentos: diferença percentual entre atributos considerados e categorias base, nos biênios de 2004/05 e 2014/15

Fonte: Cepea-Esalaq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

Mais uma vez, nota-se que a escolaridade é um importante fator na determinação dos diferenciais. O primeiro gráfico da Figura 5 indica que, em 2004/05, o rendimento médio de mulheres ocupadas no agro e com 13 anos ou mais de estudo era 254,5% superior àquele recebido por mulheres sem instrução (categoria base). Já nos anos de 2014/15 este diferencial diminuiu, atingindo 154,8%. Conforme o esperado, nota-se que os rendimentos são maiores quanto maior for o nível de escolaridade. Entretanto, entre os dois biênios considerados, parece ter havido redução no adicional de remuneração atribuído à escolaridade, especialmente entre os de maior grau de instrução.

No caso das posições na ocupação e categorias de emprego (segundo gráfico da Figura 5), também foram estimados diferenciais relevantes frente às empregadas com carteira assinada. Os resultados apontam para uma menor remuneração recebida por ocupadas sem carteira assinada (-36,9% e -29,3%, em 04/05 e 14/15, respectivamente) e trabalhadoras por conta própria (-55,4% e -51,7%, em 04/05 e 14/15, respectivamente).

Vale destacar que as empregadoras foram o único grupo que apresentou uma remuneração média acima do grupo de em-

pregadas com vínculo formal, tendo este diferencial aumentado ao longo dos anos de 43,5% em 2004/05 para 71,1% em 2014/15.

Ainda que os níveis de instrução e grupos de posições na ocupação e categorias de emprego sejam importantes determinantes dos diferenciais de rendimentos entre as mulheres ocupadas no agronegócio, verificou-se que esse efeito se atenuou ao longo do tempo, sendo menos acentuado no biênio final da análise (exceto no caso das empregadoras, categoria cujo rendimento médio foi ainda maior em 2014-2015). Isso indica que houve uma diminuição das diferenças salariais dentro do setor.

Por fim, a análise da Figura 5 permitiu verificar que trabalhadoras da região Sul do País obtiveram uma maior remuneração média mensal do que as ocupadas em outras localidades, sobretudo no biênio 2014/15. Há evidências de que este comportamento pode estar, em parte, relacionado aos fatores históricos que balizaram a organização agrícola de forma diferente nos vários estados. A Figura 5 destaca o cenário bastante desfavorável para a região Nordeste.

Especificamente, no caso do Sul, a existência de uma estrutura fundiária descentralizada, os acessos a crédito e à assistência técnica e a formação de um sistema de coo-



perativas parecem ter contribuído para que as atividades relacionadas ao agronegócio na região apresentassem bons resultados econômicos, mesmo nos estabelecimentos de menor porte (CHADDAD; 2016). Esses fatores ajudam a explicar os maiores rendimentos mé-

dios praticados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, frente às demais regiões.

Na próxima seção, exploramos a evolução ao longo do tempo do diferencial de rendimentos entre mulheres e homens atuando no agronegócio.

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO: MULHERES *versus* HOMENS OCUPADOS NO AGRONEGÓCIO

Ao comparar os rendimentos médios observados entre homens e mulheres empregados no agronegócio, constatou-se uma diferença, em termos absolutos, de R\$ 149,04 em favor da mão de obra masculina em 2004/05 (ou uma diferença percentual de 27,39%) e de R\$ 227,25 em 2014/15 (ou de 26,84%). Desse modo, em termos percentuais, nota-se, tal como analisado anteriormente na Figura 2, uma manutenção das divergências salariais entre os dois grupos selecionados, que se manteve em torno de 27% no período destacado.

Ao especificar a importância atribuída aos “efeitos explicados” e “não explicados” no diferencial de rendimentos registrado, notou-se que ao considerar os atributos individuais, locais e de emprego, as características da mão de obra feminina justificariam que mulheres recebessem um rendimento médio superior ao dos homens atuando no setor.

Entre as variáveis que compõem o “efeito explicado”, destacou-se novamente o nível de instrução (sendo a característica observável com maior peso nesse efeito). A análise descritiva dos dados permitiu verificar que, de fato, em ambos os períodos biênicos analisados, as trabalhadoras do agronegócio apresentaram uma escolaridade média superior à dos ocupados no setor. Especificamente em 2014-2015, enquanto 3,4% das mulheres tinham 13 anos ou mais de estu-

do, para os homens, este percentual era de 1,7.

Já a categoria de 10 a 12 anos de estudo, por sua vez, representava 20,2% das mulheres ocupadas e apenas 10,4% dos homens. Por fim, no outro extremo, os indivíduos sem instrução representavam 25,1% da mão de obra masculina e 16,8%, da feminina.

Em sequência aos níveis de instrução, as variáveis região e classificação na ocupação (CBO) também tiveram um peso relevante no efeito explicado, conforme classificação na Figura 7.

No que se refere ao fator locacional, em ambos os períodos, a concentração de homens ocupados no agronegócio residindo em regiões cujo rendimento médio é historicamente inferior às demais localidades, como o Norte e Nordeste, foi maior que a de mulheres. Por outro lado, a parcela da mão de obra feminina residindo nas regiões Sudeste e Sul foi superior à da masculina.

Em relação às ocupações, também para ambos os períodos, enquanto mais de 70% dos homens ocupados no agronegócio estavam na categoria “atividades agrícolas”, para as mulheres, esse percentual foi de por volta de 45%, com grande parte das mulheres ocupadas em produções industriais (32,3% em 2014/15) e em serviços (11,9% em 2014/15). Comparando a distribuição de homens e mulheres pelas diferentes CBOs, notou-se uma maior concentração relativa de mulheres em ocupações científicas (profissionais das ciências e artes), técni-

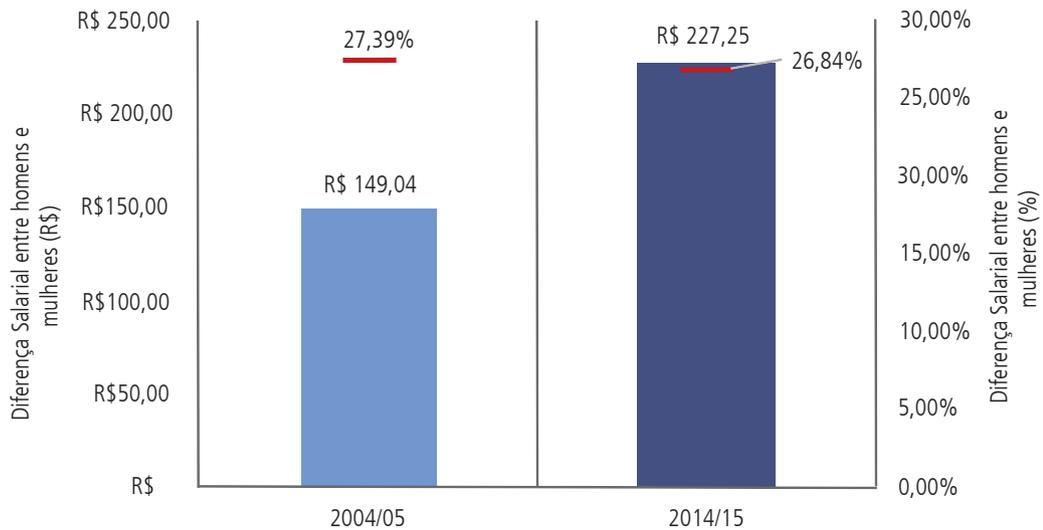


Figura 6 – Diferença de rendimentos médios entre homens e mulheres nos biênios 2004/05 e 2014/15, em R\$ e %
 Fonte: Cepea-Esalq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

cas (técnicos de nível médio) e administrativas (trabalhadores de serviços administrativos).

Todos esses aspectos corroboram análises levantadas nos volumes 1 e 2 deste estudo especial divulgado pelo Cepea, em que se discutiu o fato de que a participação feminina no agronegócio tem um perfil pautado, especialmente, em atividades agroindustriais e de agrosserviços, ao passo que o mercado de trabalho para os homens do setor se concentra no segmento primário ou “dentro da porteira”.

Desse modo, os resultados obtidos para a decomposição dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres atuando no agronegócio indicam que a mão de obra feminina, apesar de apresentar, em média,

atributos que justificariam a existência de um rendimento médio superior àqueles pagos aos homens do setor (tais como instrução, classificações na ocupação e regiões de domicílio), acabam por receber um salário inferior.

Esse comportamento, por sua vez, é relacionado ao efeito “não explicado”, que traz evidências da existência de uma prática adotada pelo mercado de trabalho em precificar atributos observáveis de maneira diferente, em virtude do trabalhador ser do sexo masculino ou feminino.

A próxima e última seção busca detalhar as diferenças de rendimentos entre mulheres atuando no agronegócio e aquelas atuando nos demais setores da economia.



Figura 7 – Variáveis com maior peso no efeito explicado, negativo, da diferença nas remunerações recebidas entre homens e mulheres ocupados no agronegócio, para os biênios de 2004/05 e 2014/15

Fonte: Cepea-Esalq/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS



CEPEA
 CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
 ECONOMIA APLICADA - ESALQ/USP

DIFERENCIAIS DE RENDIMENTO: MULHERES OCUPADAS NO AGRONEGÓCIO *versus* MULHERES OCUPADAS EM OUTROS SETORES

Nesta parte, apresentam-se as diferenças de rendimento existentes entre mulheres ocupadas no agronegócio e aquelas atuando em outros setores da economia, considerando ainda os biênios 2004/05 e 2014/15 (Figura 8).

A análise da Figura 8 aponta que, em 2004/05, a diferença nos rendimentos médios entre trabalhadoras nos demais setores e no agro foi de R\$ 221,60 (ou de 35,94%). Tal divergência aumentou de forma modesta ao longo do período, chegando a R\$ 364,88 ou, em termos percentuais, a 37,07% no biênio 2014/15.

Ao contrário do que foi observado na comparação entre homens e mulheres ocupados no agronegócio, as diferenças salariais existentes entre trabalhadoras dos diferentes setores aqui analisados (agronegócio e outros) pode ser entendida, quase em sua totalidade, pelo “efeito explicado”. A título de ilustração, as características observáveis responderam por cerca de 89% do descompasso de rendimentos entre mulheres no biênio 2004/05.

Nos resultados apontam que grande parcela da divergência nas remunerações recebidas por estes grupos deve-se às características das mulheres do agronegócio, que, em comparação aos demais setores econômicos apresentam um menor grau de instrução, ocupam posições no emprego, classificações na ocupação e atuam em atividades que pagam salários relativamente mais baixos. Além disso, residem também em regiões cuja média salarial é mais baixa (frente a trabalhadoras atuando em outros setores).

No que diz respeito às diferenças no grau de instrução entre os dois grupos de trabalhadoras, nota-se que, embora o número de ocupadas no agronegócio com maiores níveis de qualificação tenha aumentado,

a escolaridade média das mulheres do setor ainda é menor do que aquela observada em trabalhadoras de outros segmentos da economia. A título de ilustração, no setor não agro, o percentual de mulheres ocupadas que têm 10 ou mais anos de estudos é de 49,03%, ao passo que, no agronegócio, é de 23,58%. Analogamente, trabalhadoras sem instrução representam apenas 5,28% do total de mulheres atuando em outras atividades e 16,81% da população de ocupadas no agronegócio.

Quanto à posição na ocupação, constatou-se que, no agronegócio, há uma maior parcela de ocupadas na categoria “trabalhadoras por conta própria” (37,03% do total). Sabe-se que esta posição usualmente apresenta menores rendimentos frente às demais formas de emprego e, por tanto, contribui para que a média salarial de trabalhadoras do setor agro seja menor do que a de trabalhadoras de outros segmentos.

Já para os setores de atividades (CNA-ES), seguindo a própria definição de agronegócio, as mulheres que atuam no setor se concentram em atividades econômicas referentes à agropecuária – onde tradicionalmente verifica-se menores salários médios - e às agroindústrias de produção de alimentos, produtos têxteis e produtos da madeira. Nessas indústrias também se observam remunerações médias que, em geral, são inferiores aos de outras indústrias de transformação consideradas de maior nível tecnológico. Ressalta-se ainda que, nessa etapa da análise, o setor de serviços em sua totalidade foi alocado no grupo “outros setores”, fato que pode estar contribuindo para o diferencial de salários desfavorável ao agronegócio, uma vez que os rendimentos médios nesse setor são usualmente maiores que os observados

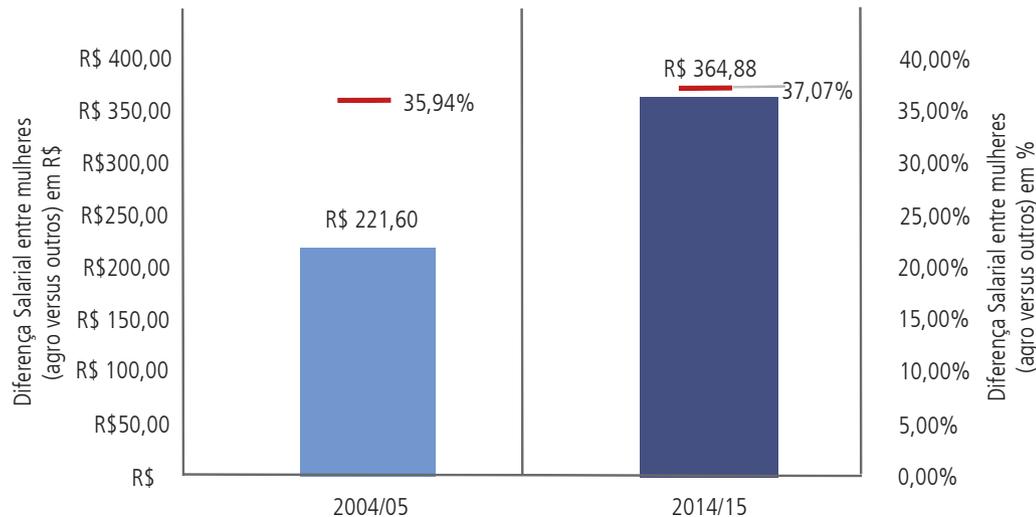


Figura 8 – Diferença de rendimentos médios entre trabalhadoras ocupadas em outros setores e no agronegócio nos biênios 2004/05 e 2014/15, em R\$ e %
 Fonte: Cepea-Esalc/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

na agropecuária e em algumas agroindústrias. Por fim, destaca-se a relevância das ocupações (CBO's) nos diferenciais de rendi-

mento entre as mulheres empregadas no agro e não agro. Em particular, o número de trabalhadoras atuando como dirigentes, técnicas

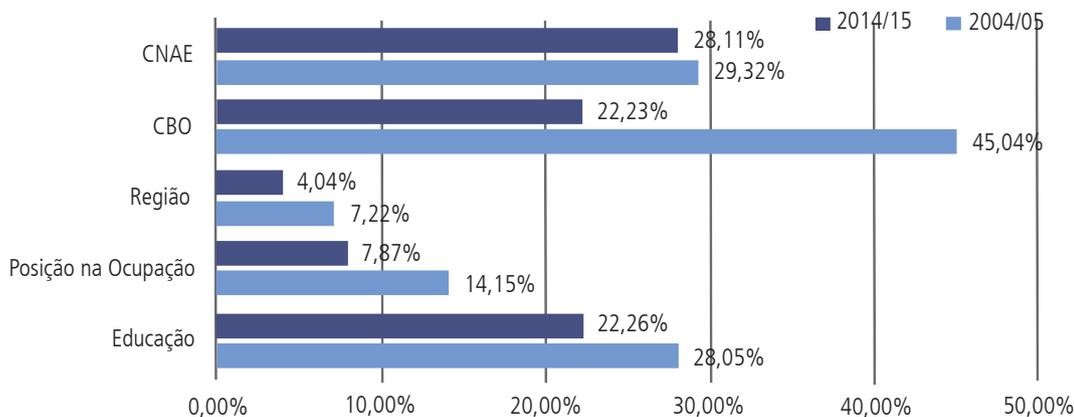


Figura 9 – Principais contribuições de atributos observáveis para a diferença nas remunerações recebidas entre 2014/15 e 2004/05 por mulheres ocupadas no agronegócio e em outras atividades.
 Fonte: Cepea-Esalc/USP, com informações da PNAD-Contínua e da RAIS.

ou em posições científicas (classificações conhecidas tradicionalmente por apresentar melhores remunerações) é superior nos demais setores, quando comparado ao agronegócio.

Não obstante, 44,01% da mão de obra feminina do agro está atrelada a ocupações de caráter agrícola, fato que justifica um menor rendimento médio nas atividades deste setor.



NOTAS METODOLÓGICAS

Para obtenção das informações, são utilizados os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelo Cepea para filtragem dos ocupados no agronegócio e os microdados anuais da PNAD. De forma complementar, utiliza-se também os dados da RAIS, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Especificamente, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), as atividades foram classificadas como totalmente ou parcialmente pertencentes ao agronegócio. Para as atividades parcialmente vinculadas ao agronegócio, estimou-se um coeficiente de participação como forma de identificar, dentro de determinada atividade, quantos empregos são englobados no setor.

O cálculo desses coeficientes é obtido a partir da razão entre ocupados em subclasses da CNAE 2.0 específicas do agronegócio e número total de empregados na subclasse mais ampla a qual a atividade do agronegócio pertence. Especificamente para as indústrias de vestuários e acessórios de base natural e para os agrosserviços, outros procedimentos distintos de desagregação foram necessários. Para esses casos, recorreu-se às informações presentes nas Matrizes de Insumo-Produto (MIP).

Assim como nos volumes 1 e 2, este estudo considera como pessoa ocupada (ou trabalhador(a)) aquelas que (i) são empregadas com ou sem carteira assinada, (ii) atuam por conta própria ou (iii) são empregadoras. Empregos relacionados às carreiras pública ou militar e à subsistência foram excluídos da análise.

Para as equações de rendimentos, foram estimadas equações Mincerianas com correção para viés de seleção por meio da inclusão da Razão Inversa de Mills (Heckmann, 1979⁶; Mincer, 1974⁷). Quanto à decomposição dos diferenciais, adotou-se o procedimento desenvolvido por Oaxaca (1973)⁸ e Blinder (1973)⁹. Especificamente, adotou-se a decomposição

“twofold”, em que o diferencial total de rendimentos entre os dois grupos é dividido em dois componentes: efeito explicado e efeito não explicado. O primeiro efeito reflete a parcela do diferencial que é elucidada pelas diferenças nas características médias de cada grupo, como as individuais (educação, idade, raça, entre outras), as dos respectivos domicílios (região geográfica, urbano ou rural, entre outras) e as do trabalho (posição na ocupação, setor de atividade, tempo de emprego, entre outras). Já o segundo efeito reflete a parcela do diferencial que não pode ser explicada por essas diferenças nas características, sendo, por vezes, interpretado como a precificação das características no mercado de trabalho ou discriminação, por exemplo. A decomposição “twofold” foi feita assumindo um vetor não discriminatório de coeficientes estimado por meio de um modelo de dados empilhados incluindo ambos os grupos, conforme sugerido por Jann (2008).¹⁰

Finalmente, como o objetivo do estudo não era se aprofundar na decomposição dos efeitos de seleção entre componentes explicados e não explicados pelas características observáveis, na decomposição, adotou-se o procedimento número 4 apresentado por Neuman e Oaxaca (2004)¹¹. Nesse, a decomposição é agnóstica quanto à alocação desses efeitos, e a contribuição da seleção para o diferencial dos salários observados aparece de forma separada dos demais efeitos (explicado e não explicado) – sendo uma adaptação do procedimento de Reimers (1983)¹², em que se decompunha o diferencial de salários ajustado pela seleção.

Especificamente na etapa de equações de rendimentos, a simples aplicação de coeficientes não é suficiente para a separação dos empregados em uma CNAE entre os grupos agronegócio ou outros setores. Então, para as atividades que são apenas parcialmente relacionadas ao agronegócio, adotou-se o seguinte critério: caso mais de 50% dos empregos na determinada CNAE fossem relativos ao agronegócio, a CNAE foi integralmente incorporada ao setor; caso contrário, a CNAE foi alocada no grupo “outros setores”.

⁶ Heckman, J. J. 1979. Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica* 47: 153–161.

⁷ Mincer, J. 1974. Schooling, Experience, and Earnings. *Human Behavior and Social Institutions* No. 2.

⁸ Oaxaca, R. 1973. Male-Female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review* 14(3): 693-709.

⁹ Blinder, A. S. 1973. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *Journal of Human resources*, 436-455.

¹⁰ Jann, B. 2008. The Blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. *The Stata Journal*, 8(4), 453-479.

¹¹ Neuman, S. and Oaxaca, R. L. (2004) Wage decompositions with selectivity-corrected wage equations: a methodological note, *Journal of Economic Inequality*, 2, 3–10.

¹² Reimers C. 1983. Labor Market Discrimination Against Hispanic and Black Men. *The Review of Economics and Statistics* 65, 570-79